



A Escola e a Sociedade

António Teixeira Fernandes*

A escola concita, nas sociedades contemporâneas, uma particular atenção. Inúmeros estudos incidem sobre o sistema de ensino, sobre a escola nesse sistema e sobre o seu papel no processo de produção e reprodução sociais, nomeadamente sobre a função de transmissão das aptidões cognitivas e não cognitivas, na sua dimensão social e ideológica. São então salientadas as competências desenvolvidas e as capacidades postas em acção no processo de inovação e de transformação sociais.

Vários factores são tidos como perturbadores do exercício da docência na actualidade. Assiste-se a uma generalizada massificação do ensino e os contextos sociais exercem influência sobre o estado de espírito e sobre as atitudes dos docentes. A diminuição da motivação destes desencadeia, frequentemente, quer a sua falta de empenhamento, quer o amortecimento da eficácia na sua acção. Ensinar é uma actividade especial que pressupõe dedicação e entusiasmo, vontade de conhecer e desejo de o transmitir.

Ocorre, por outro lado, uma crescente desresponsabilização da família em relação à socialização dos filhos. Algumas das funções que outrora lhe competiam são hoje em dia cometidas a outras instituições. Ainda que se multipliquem as agências de ensino não formal, parece ser sobre a escola que sobretudo se fazem sentir os défices de socialização primária que à instituição familiar caberá promover.

Vive-se ainda num tempo de encruzilhada, tornando-se a escola um espaço de contínuo questionamento. Não há conhecimento que não envolva simultaneamente dúvida e este facto, quando não devidamente controlado, fragiliza fortemente as certezas que outrora rodeavam a missão dos docentes e tende a aumentar a ansiedade nos alunos. Estes são expostos a numerosos focos de formação informal e sentem, por vezes, como muito manifesta a violência simbólica exercida sobre eles na inculcação de um arbitrário cultural.

Os jovens, assim como os adultos, são portadores de matrizes de percepção e de apreciação diferenciadas, que os colocam perante ordens de significação e valores diversos. O sistema de disposições é o resultado de uma incorporação estruturada de sucessivas experiências que condicionam as práticas sociais e culturais. Situada num campo onde se cruzam algumas contradições, a escola é chamada a substituir a mera transmissão do saber por um trabalho que ajuda o aluno no seu esforço de construção do seu próprio conhecimento. Porque este não dura muito em ser erro, também não pode ser concebido como produto acabado, pronto a servir. Ensinar

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

passa a ser fundamentalmente uma actividade de fazer aprender a capacidade de aprender, permitindo a cada um descobrir por si mesmo.

Ao considerar-se a escola nas sociedades de hoje, procura-se abordar as relações existentes entre aquela e estas, pondo em relevo, por um lado, algumas características das sociedades e, por outro, o papel que se espera venha a desempenhar a escola.

I. Diversos movimentos atravessam as sociedades actuais. Alguns traços merecem ser relevados, pela relação que mantêm com a problemática em estudo

I.1. Tornou-se corrente caracterizar este planeta azul como uma "aldeia global". Avoluma-se e reforça-se o movimento de criação de espaços políticos e económicos extensivos a um conjunto de países, de modo a assegurar um lugar de influência no concerto geral das nações. Paralelamente a esta integração crescente, que faz derrubar as fronteiras e promover a mobilidade de pessoas, de bens e de capitais, opera-se uma aproximação de ideias e de culturas, criando-se uma sensibilidade nova de ser cidadão do mundo.

A vida humana sofre uma contínua desterritorialização e o homem, ser que habita, vê o seu horizonte estender-se para além das suas habitualidades. Alargam-se as fronteiras da cidadania, à medida que se descobrem novos sentidos para a existência.

Face a este movimento de globalização, com as possibilidades que abre e os perigos que encerra, as sociedades confrontam-se com o problema da sua identidade, cada vez mais produzida através da defesa das suas particularidades e de uma decidida orientação para o universal. Em causa está a relação entre sociedade aberta e sociedade fechada. Pretende-se que os ganhos num caso não se traduzam em graves perdas no outro.

I.2. Não havendo hoje sociedades isoladas, além da relação particular-universal, o homem e a sua dignidade tornam-se progressivamente a medida de todas as coisas. A integração de cada elemento num todo, se faz descortinar outras perspectivas à vida humana, exige também o respeito pelas diferenças. O homem vale pela sua racionalidade e pela sua liberdade, na riqueza da sua diversidade.

As sociedades que se abrem à globalização correm o risco de perderem os seus traços identitários. Esse perigo parece ser tanto maior, quanto mais o processo de abertura ao exterior arrasta consigo quer a ruptura dos ligames sociais quer o esbatimento das suas especificidades culturais. As sociedades são afectadas por tendências contrastantes, uma das quais é a relação individuação-massificação. A atomização que vai grassando no mundo ocidental dilui progressivamente as relações sociais.

le
es
as
m
".
bs
no
ar
se
er

1.3. O retorno às particularidades, face a uma abertura cada vez maior à globalização, é contemporâneo ainda de um reforço da subjectivação. As formas mais recentes de individualismo, mais do que fechamento na vida privada, como acontecia algum tempo atrás, manifestam-se na necessidade de cada um assumir a sua própria responsabilidade. A subjectividade torna-se uma questão colectiva, na medida em que, se não se adquire a capacidade para se agir por si mesmo, cai-se facilmente em estado de exclusão social, independentemente, por vezes, dos capitais de que se possa dispor. A fronteira entre o êxito e a exclusão aparece demasiado ténue. A vida necessita de ser continuamente reinventada em projectos que lhe dêem um sentido. O cultivo da autonomia para se agir responsabilmente passa a ser uma das principais preocupações sociais. Ora, não pode haver autonomia sem capacidade de decisão, e esta é de difícil exercício sem uma personalidade adequadamente estruturada. O crescimento da responsabilidade para se viver em sociedade faz com que cada um deva ser o actor da sua própria existência, num mundo onde o futuro se torna incerto.

1.4. As sociedades em que a relação entre o individual e o universal se estabelece mais a favor da atomização do que da solidariedade, são ainda sociedades do pluralismo. Os sistemas culturais integrados do passado dão lugar a mosaicos culturais, em correspondência com concretos micro-sistemas sociais.

Não existem hoje agências de orientação e de explicitação de sentido extensivo aos diversos domínios sociais. Terminou o monopólio de qualquer instituição na produção social de um sentido unificado para a totalidade da vida social. Não há mais recintos circunscritos e protegidos de significação. O homem coloca-se cada vez menos numa ordem social fechada, hierarquicamente estruturada, onde tudo lhe é prescrito de antemão de forma colectiva. O pluralismo cultural hoje existente põe em crise o monopólio que, no passado, detinham algumas instituições na produção e gestão do sentido. São múltiplos e concorrentes os universos simbólicos que rodeiam a vida individual e colectiva.

O homem sente, em consequência, uma crescente necessidade de esconjurar as incertezas do momento e de fazer face aos inúmeros riscos que o circundam. Uma sociedade em que predomina o pluralismo cultural deixa o indivíduo sozinho perante as questões de sentido, obrigando-o a construir o seu próprio sistema de crenças e de normas, num campo aberto à concorrência.

Os fenómenos sociais assumem sempre uma feição organizada e estruturada. O que caracteriza as sociedades de hoje é a justaposição de universos culturais mais ou menos fechados. As questões de sentido de que carece a existência não são igualmente partilhadas, nem os projectos de vida se encontram suficientemente articulados, produzindo modos e estilizações de vida relativamente diferenciados.

1.5. Com o progressivo predomínio dos modelos neo-liberais, a competitividade vai, por sua vez, invadindo os mais diversos domínios de actividade. As sociedades tendem a diversificar os mercados de trabalho. Ao lado de um mercado competitivo, forma-se progressivamente um mercado não-competitivo. O mercado de trabalho alterou-se em consequência do avanço científico e da inovação tecnológica.

A tendência para a globalização da economia leva à criação de um mercado altamente competitivo. Têm acesso a tal mercado unicamente aqueles que são portadores de um elaborado capital técnico, que pressupõe os capitais escolar e cultural.

Com o avanço científico e tecnológico e a sua aplicação ao sistema produtivo, desloca-se o lugar do trabalho e a sua significação. São permanente exigência a multiplicação das iniciativas empresariais, a contínua formação profissional e a promoção de qualidades de relacionamento social, com a valorização da criatividade.

Se a sociedade democrática é um lugar de busca de sentido é porque constitui um espaço onde a partilha global, em que entram o trabalho e as relações sociais, aparece como o grande gerador de significação para a existência.

Desenvolve-se, a partir daí, uma situação social de contornos indefinidos, mas em que uma orientação se mostra predominante. A inserção no mercado competitivo exige uma adequada formação técnico-profissional. A entrada em tal mercado define a extensão do sistema de relações sociais onde alguns se situam. O grau de alargamento deste sistema de relações configura o sentido que as pessoas procuram e encontram para a vida.

Ficam dele irradiados todos aqueles que não conseguem alcançar os níveis que são permutáveis nesse mercado. Estes situam-se num outro sistema, com um nítido défice de relações sociais e de sentido.

A relação que se produz é então circular. Não estar inserido no mercado de trabalho é ser afectado por uma limitação do seu sistema de relações sociais e, em consequência, ser privado de uma necessária dimensão de sentido para a vida.

Ao lado do mercado competitivo, as sociedades vão sentindo, cada vez mais, a necessidade de criar um mercado não competitivo, lugar para o trabalho social. À medida que as sociedades, face à concorrência internacional, apostam no mercado competitivo, alargam, em simultâneo, o espaço da exclusão social, fazendo crescer a precariedade no emprego, reduzindo as relações sociais, retirando-as igualmente do processo de produção social de sentido. O movimento de globalização e de competitividade reforça o carácter meritocrático das nossas sociedades e acelera o apelo aos mecanismos individuais de mobilidade social.

1.6. Os meios de comunicação social fazem-se sentir no sistema político e nas práticas democráticas. Mas menor não é o seu impacto sobre os processos de produção do conhecimento pelas utensilagens que exigem e proporcionam e pelas lógicas de

raciocínio que impõem. No processo de transformação societal, há que salientar ainda o papel que desempenham na revolução que se opera na difusão do conhecimento, quantas vezes em concorrência com a própria escola. Há efeitos, nesta, da globalização. As sociedades actuais são sociedades do conhecimento, factor que altera radicalmente o relacionamento do homem com o meio ambiente. A escola não é o único lugar de aprendizagem, capaz de ensinar tudo. Existem outras agências de formação cultural e de ensino informal em relação às quais a Escola não pode ficar indiferente.

2. Se a escola é indissociável da sociedade em que se encontra, poderá perguntar-se qual o seu posicionamento perante estes diversos desenvolvimentos. Uma vez que o ensino é uma prática social e um acto de transmissão do saber, não será possível repensá-lo sem se considerar a sua relação com a sociedade. Este repensar da Escola está associado à situação de crise que atravessa o mundo de hoje e à correlativa necessidade de mudança.

A análise do desenvolvimento da modernidade é indispensável à consideração do papel da escola. Esta deve ser encarada em termos de conteúdos e de fins que lhe são cometidos, com incidência no núcleo do saber a transmitir e nas competências fundamentais a desenvolver, em ordem a fazer crescer cada um como cidadão e como profissional.

2.1. A escola tem como função formar para o universal, mas para um universal que não desdenha do particular. Um universal que respeita a especificidade de cada sociedade será aquele que potencia ao máximo o particular. A relação é dialéctica e progressivamente envolvente. Fazer cada um aceder ao mundo do conhecimento e da razão universais não pode fazer esquecer essa outra exigência.

Se o alargamento do espaço do social não pode fazer-se à custa da diminuição do âmbito da pessoa, mas deve antes visar a sua total realização, a formação para o universal tem que passar pela plena expansão do particular. Esta questão apresenta dimensões não só epistemológicas como políticas. As primeiras têm a ver com a produção do conhecimento, as segundas, com a inserção de cada sociedade em espaços mais vastos. Fazer entrar Portugal no universal pela mediação da escola, é fazer com que a sociedade portuguesa seja cada vez mais ela mesma, em produção de conhecimento, em invenção tecnológica e em desenvolvimento social, na sua relação com outros povos.

2.2. Dizer que a escola tem que formar para o universal significa dizer que deve preparar para a criatividade e para a inovação. As sociedades não podem funcionar sem um conveniente quadro de normatividade. A tendência será para a rápida institucionalização das diversas práticas sociais. O papel da socialização consiste em

fazer incorporar representações, valores e normas - elementos fundamentais da normatividade social - para que as condutas, em todos os domínios, correspondam às expectativas criadas. Mas as sociedades actuais vivem sobretudo sob o signo da mudança.

Quanto mais as sociedades estão interessadas no seu bom funcionamento, mais tendem a conferir à escola um papel de reprodução social. O ensino volta-se, desde então, fundamentalmente para a inculcação de esquemas de conduta pré-estabelecidos. Quanto mais as sociedades apostam na produção social, mais valorizam a criatividade e a inovação. Enquanto as sociedades tradicionais estão voltadas para o passado e vivem sob o signo do eterno, as sociedades pós-industriais olham para o futuro e dependem menos do adquirido do que do que importa alcançar. Não será unicamente a lógica da racionalização que se impõe, ainda que continue a revelar-se sempre necessária, mas também a descoberta de novas actividades e a invenção do futuro.

A escola adequada a uma sociedade pós-industrial será a que aposta na criatividade e na capacidade de contínua adaptação às sucessivas transformações. A mudança permanente revela-se como o mais constante e a estabilidade como algo transitório.

Assiste-se a uma mudança profunda de orientação nas sociedades ocidentais. A escola foi concebida na sociedade industrial como uma agência de socialização que separa a educação da cidadania. Sendo o indivíduo definido apenas como trabalhador, o ensino tende a subordinar-se ao desenvolvimento da ciência e da técnica e à actividade produtiva. Não se poderá falar, em rigor, de educação, mas de adêstramento. Está-se hoje cada vez menos perante uma escola elitista, escola que prepara para postos de comando, em obediência a uma clara hierarquização social. Se a escola da era industrial pretende substituir a hierarquia apoiada na origem social por uma outra fundada na competência, ordenando desse modo os próprios conhecimentos, a escola da sociedade pós-industrial é chamada a formar para a liberdade do indivíduo e para a sua criatividade.

2.3. Uma escola voltada para a criatividade está necessariamente orientada para o desenvolvimento de competências científicas.

Assiste-se, nas sociedades contemporâneas, a um crescimento exponencial dos saberes. Estes aumentam em volume e em complexidade. A modernização dos saberes, com base nos avanços da investigação, despertam, em cadeia, novas expectativas sociais. As constantes transformações da ciência põem, por outro lado, em causa as próprias representações do mundo natural e social.

Se a escola tem por função criar e lançar no mercado de emprego profissionais de que carece a sociedade na multiplicidade das suas actividades, actividades que exigem das pessoas uma atitude científica, deverá igualmente promover os métodos lógicos de raciocínio e os mecanismos de produção do saber, desde a teorização à

experimentação, mostrando a eficácia heurística de tais procedimentos. Em transformação estão não só as lógicas do mundo social e económico, como ainda as modalidades de raciocínio.

Quando se põe o problema da relação entre a escola e a sociedade, duas dimensões desta se apresentam com particular relevo: a complexidade e a incerteza. Estes são também dois desafios com que se debate o mundo ocidental.

Que as sociedades se revestem de particular complexidade é algo que a evidência empírica mostra de imediato. Vive-se progressivamente numa sociedade da complexidade, que cresce com a inter-relação dos sistemas. Tudo parece ser, ao mesmo tempo, solidário e conflitual. A complexidade manifesta-se através do crescente processo de segmentação. Os diversos domínios de actividade autonomizam-se e especializam-se. A vida colectiva é constituída por microcosmos sociais, relativamente autónomos, em obediência à sua lógica própria.

Esta complexidade aparece ainda rodeada de incertezas. As ciências hodiernas oferecem certezas relativas, porque as suas teorias possuem um carácter hipotético, devendo ser sempre refutáveis. O conhecimento depara com incertezas em questões fundamentais.

Empenhar a escola na formação de um adequado perfil técnico-científico dos profissionais que prepara será pô-la verdadeiramente ao serviço da sociedade, respeitando a busca dos alunos e atendendo às expectativas sociais. A vida social não pode desenvolver-se, se as pessoas que nela trabalham não são criativas e inovadoras e não serão inovadoras se não adoptam uma atitude científica.

O desenvolvimento de competências científicas, numa sociedade marcada pela complexidade e pela incerteza, postula o prolongamento da escolaridade e a necessidade de formação contínua. Em todas as idades, há que reflectir sobre a experiência feita, assumir o controlo da própria existência e proceder à reciclagem profissional, para não se perder, em cada momento, a liberdade de escolha do futuro.

2.4. A atitude científica é simultaneamente despertada e alimentada por uma capacidade crítica. Tanto o ritmo acelerado da mudança das sociedades hodiernas como o permanente avanço científico postulam uma atitude de abertura da inteligência e uma particular capacidade crítica que permitam dinamizar e dialectizar os conhecimentos.

O homem actual tem necessidade de aprender a conviver, no seu quotidiano, com a dúvida. Esta dúvida não se caracteriza pela negatividade. A dúvida é própria de uma inteligência que se questiona a partir da certeza do adquirido. Mas é sobretudo uma inclinação da inteligência que continuamente se interroga face a uma realidade que se altera e se transforma, porque é uma inteligência que se questiona no seu constante querer saber para além do conhecimento adquirido.

Não é mais possível avançar no conforto do saber obtido uma vez por todas. Os conhecimentos estão sempre em estado de serem feitos e refeitos. A capacidade crítica não aceita parar. Tal capacidade torna as pessoas capazes de se defenderem dos abusos que tão frequentemente vêm dos meios de comunicação social, da propaganda e, porventura, de qualquer fanatismo.

Mas há que formar igualmente uma atitude crítica em relação à própria ciência e à sua produção, e aos usos que dela possam, por vezes, ser feitos, de modo a evitar um eventual dogmatismo científico. Tal atitude passa pelo cultivo de uma concepção de ciência como sistema aberto, não redutor de saberes.

A escola tem como função encontrar o equilíbrio entre o fazer assimilar o saber que o actual estado do conhecimento dá como certo e o introduzir o questionamento do saber face a áreas do real que se revelam em mudança. Não é possível conhecer sem a aquisição de estruturas operativas suficientemente flexíveis, capazes de estar abertas a novos conhecimentos. Mas também não é fácil tornar essas estruturas operativas sem as sujeitar a um processo contínuo de dinamização e de dialectização dos conhecimentos.

2.5. A formação que fomenta a criatividade e a inovação será aquela em que, em simultâneo, se desenvolve a capacidade de adaptação à mudança. Uma transformação radical está em vias de se operar no mundo actual. Sendo as sociedades complexas e imprevisível o futuro, mais do que competências precisas e reificadas, que estão continuamente a ser ultrapassadas e depressa se tornam inúteis, à escola é pedido que prepare para a mudança. Querer adaptar os jovens a um tipo de sociedade que lhes abre espaços alargados de precariedade é um risco que a educação não poderá comportar. O desafio que hoje lhe é colocado é o de tornar as pessoas sujeitos activos da sua própria existência. O desenvolvimento desta capacidade passa pela valorização de duas dimensões importantes: a abertura à cultura, enquanto espaço de vivência social, e o cultivo de personalidades fortes susceptíveis de fazer face às crises.

A escola de hoje não pode favorecer a cultura da incultura dos técnicos. Há que acabar com a formação monolítica e incentivar a formação plural. As sociedades modernas tendem a promover uma demasiada fragmentação dos saberes. E esta fragmentação excessiva gera situações de incultura. A formação de base tem que contrariar tal tendência. A atitude científica deve permitir conciliar objectivos e motivações, capacidades e memória cultural.

Enquanto espaço de produção de cultura, a escola participa na formação de personalidades completas e equilibradas, abertas e sensíveis ao humano e ao social. Sabe-se que a inteligência não trabalha num mundo de pura racionalidade. Descobre-se cada vez mais quanto o sentimento e a emotividade são importantes. Mas sabe-se ainda que o sentimento e a sensibilidade são indispensáveis ao desenvolvimento de

todo o humano e do humano todo, desenvolvimento esse necessário ao relacionamento da pessoa com os outros.

A adaptação à mudança passa também pela formação contínua, em resultado da crescente desvalorização dos títulos académicos perante a massificação do ensino, e como necessidade perante a constante redefinição das relações entre a escola e o mercado de trabalho. A própria manutenção dos valores tradicionais não é possível quando se recusa a compreensão da mudança. À mudança responde-se com inovação. Há que saber inovar para se fazer face à mudança.

2.6. A cultura deixou, por sua vez, de ser integrada. Porque se vive num mundo de valores de orientação contraditória, a conduta perde as suas características de estabilidade e de previsibilidade.

Além disso, os avanços da ciência e da técnica, ao lado de alguns efeitos perversos, geram frequentemente subdesenvolvimentos afectivos e éticos.

As sociedades convertem-se, assim, num carrefour, onde as crises do presente e do futuro se misturam. A certeza do progresso e o optimismo em relação ao futuro, que estão na base da modernidade, esvanecem-se.

A incerteza das sociedades aliada à sua crescente complexidade torna extremamente difícil hoje o projecto educativo e exige da prática da docência uma atenção redobrada. Já não tem lugar o pensamento reducionista, mas também não estão suficientemente desenvolvidas as capacidades de pensar em conjunto.

Se as sociedades são complexas, só uma ciência da complexidade permite conhecer e tratar o complexo. Ciências da complexidade são ciências da globalidade. O problema está em que não existem ciências da globalidade. As ciências são de natureza analítica. A aquisição de uma atitude científica traduz-se numa capacidade de domínio de um determinado campo do saber. Mas tal domínio implica o conhecimento de outros campos e das possíveis interconexões que possam existir entre eles.

É indispensável um pensamento que, sem perder a exigência da especificidade, saiba discernir a importância e as relações entre o todo e as partes que o compõem. Tal será o pensamento complexo, pensamento que consegue aliar a unidade e a complexidade. O homem não é unicamente um ser que trabalha e produz, mas está igualmente aberto ao imaginário e ao gratuito. Uma tal constituição humana é de molde a postular que se contrarie a tendência para a insularização dos conhecimentos e impõe a necessidade de uma cultura integrada, sem especialização precoce.

Se importa superar o pensamento reducionista e promover a capacidade de pensar em conjunto, há que fomentar a análise da multidimensionalidade das realidades e descobrir o jogo das inter-relações. Tal objectivo impõe à escola a exigência de promover o trabalho em conjunto dos docentes e de incentivar a aprendizagem activa dos alunos. Em qualquer domínio é sempre possível fomentar a descoberta activa.

Porque a escola, em Portugal, se situa num país da periferia da Europa, necessita de saber compatibilizar ao mesmo tempo uma política científica de excelência, voltada para a criação e desenvolvimento de escolas de ensino superior, de ensino actualizado e de investigação avançada, segundo as exigências do mundo ocidental, com preocupações mais modestas de alfabetização da população, dados os baixos níveis de literacia.

Participar na formação de pessoas não é somente contribuir para moldar a sociedade de amanhã, é igualmente abrir a humanidade a novos possíveis. O ser humano está ainda longe de ter atingido o estado de exploração total das suas possibilidades cerebrais. O campo da descoberta e da invenção não tem limites. Nessa abertura, entram, com aproximada probabilidade, as virtualidades do melhor e do pior dos povos, da sua libertação e da sua dominação. Não existe progresso sem riscos. O investimento em educação é um investimento em maior humanidade, meio eficaz para fazer evitar os seus efeitos perversos.

2.7. Vivemos num mundo de imanências. Se o século XIX pôs a claro a imanência da história, o século actual releva a imanência da natureza. Esta imanência da natureza torna os direitos da terra inerentes aos próprios direitos do homem e desperta a consciência de que este é um ser que habita.

A escola, enquanto espaço de produção de cultura essencial ao relacionamento entre as pessoas, proporciona, num mundo de imanências, a descoberta da transcendência do outro. O outro é a própria transcendência do homem situado num mundo de seres que vão perdendo o sentido mais profundo da relação social e os referenciais de que carece a vida para que tenha sentido. Este relacionamento com o outro não pode deixar de promover o espírito de tolerância e de impedir o crescimento do espírito de sistema, que normalmente serve para confortar pessoas incapazes de se defrontarem com as suas próprias inseguranças. O reconhecimento do outro implica o conhecimento de si como ser racional, livre e igual.

As sociedades ocidentais têm vindo a assistir à passagem de formações sociais claramente identificáveis, com clivagens estruturadas, identidades fortes e estilos de vida partilhados, a situações de um difuso individualismo. Não se poderá identificar certamente o individualismo com a vida privada. O que se pretende salientar é que não se trata já do desmoronar da organicidade social, nem sequer do aparecimento e afirmação do individualismo. O que caracteriza o mundo actual parece ser sobretudo a emergência da subjectividade, de uma subjectividade que se converte em questão colectiva, na medida em que cada um tem que assumir a responsabilidade de um projecto de vida e de actividade. Passou, para muitos, o tempo em que a existência era concebida e vivida como um destino colectivo. Actualmente passa a ser experienciada como uma história pessoal.

As pessoas confrontam-se, em tal situação, com um número maior de incertezas e são chamadas a reinventar continuamente a própria vida e a dar-lhe um sentido. Há uma mudança profunda da individualidade que obriga a substituir as regras fixas de conduta do passado por uma constante chamada à responsabilidade de si mesmo. Enquanto a vida individual aparece, no passado, enquadrada por instituições e actores organizados, hoje situa-se no campo da responsabilidade pessoal. Os indivíduos são forçados a encontrar sentido num mundo de indeterminação e de incerteza. Se a acção considerada legítima é a que se refere à autenticidade e à subjectividade, há que introduzir mecanismos de comunicação consigo mesmo e com os outros que tornem possível a coexistência e a actividade colectivas.

Ora uma sociedade onde predomina um individualismo que, mais do que assinalar e acentuar a concentração sobre a vida privada, promove e consagra a autonomia da subjectividade, que obriga as pessoas a confrontarem a sua autonomia na acção com as liberdades e os constrangimentos do contexto em que se encontram, tem necessidade de uma escola que forme para a autonomia e para a responsabilidade. Quando cada um se torna actor da sua própria experiência, experiência de si e do mundo, aparece mais vulnerável face às incertezas do presente e do futuro. O indivíduo cai na incerteza própria de uma sociedade complexa e de um futuro extremamente opaco. Em tal situação, compete à escola formar para a liberdade pessoal.

O indivíduo é chamado a fazer as suas escolhas, a organizar as representações do mundo, com frequência contraditórias, a gerir as suas opções e a dar à existência uma coerência que lhe dê sentido.

É ao indivíduo que compete a escolha dos valores, das crenças e das normas indispensáveis à vivência em sociedade. A ele é devolvido o papel exclusivo de elaboração da sua identidade. Compete-lhe cada vez mais gerir a situação complexa em que vive, escolhendo as suas crenças, as suas pertenças e as suas actividades culturais. A liberdade de decisão aparece como um dado fundamental das sociedades hodiernas, enquanto, simultaneamente, possibilidade e necessidade.

Neste novo contexto, a escola pode surgir como aparelho regulador de identidades. Se a validade das normas e a importância dos valores prescritos pela sociedade precisam de ser reconstruídos pelo indivíduo, à escola cabe desempenhar, de facto, um papel importante nesse processo de escolha e de construção ou de reconstrução.

O homem não é um ser de equivalências. Cada ser humano que nasce é sempre um princípio, num processo indefinido de criação contínua. Participa assim do sagrado do início. Na transcendência do outro reside a segurança contra a redução das pessoas ao mundo das meras equivalências do consumo.

As sociedades vão criando progressivamente um espaço técnico que agride os seres vivos e condiciona a vida quotidiana do homem. A era da tecnologia produz um meio ambiente artificial que destrói ou amortiza a orientação do homem para o

absoluto. Compete à escola, enquanto espaço de criação de bens culturais, ajudar a humanizar a técnica. Tal objectivo é alcançado quando, ao lado de uma boa preparação técnico-científica, que constitui o aluno em profissional competente na sociedade, se promove uma formação humanista que oferece uma visão clara do mundo e desperta uma consciência responsável da cidadania. As competências desenvolvidas não podem ser dissociadas do exercício da plena cidadania. Os efeitos perversos da técnica são assim impedidos, quer na própria produção científica, quer na sua aplicação, pelo sentido de desenvolvimento equilibrado da humanidade para estados de sempre maior humanidade. A escola tem que saber compatibilizar o progresso da ciência e do conhecimento em geral com os imperativos éticos próprios da coexistência social.

2.8. Quando se compara a situação deste final de século com a que se vivia em finais do século passado, constata-se quão grande é a distância. Nas *Conferências Democráticas do Casino*, Antero de Quental verbera a decadência do país. Não se trata, no fim deste século, de denunciar a identificação da Igreja e do Estado, de criticar o atraso da industrialização e de censurar o autoritarismo do poder político. A sociedade portuguesa depara hoje sobretudo com baixos níveis de literacia, mesmo com um analfabetismo crónico e em grande escala, com uma indústria que não assegura o necessário volume de emprego e com uma vida social em busca de sentido. Largas camadas da população encontram-se ainda em situação de carência da capacidade de ler e de escrever. Portugal é uma sociedade de contrastes, onde o desenvolvimento coexiste à mistura com o subdesenvolvimento. Poderá perguntar-se se esta situação não postula perfis diferenciados, segundo os contextos de desenvolvimento em que possam vir a ser colocados os profissionais. A exigência de "inclusão", ainda que indispensável, parece levantar, neste contexto, problemas de alguma dificuldade.

2.9. Não obstante a diversidade das situações, um desafio fundamental é posto à sociedade. As instituições políticas já não são agentes de integração. As instituições religiosas deixaram de ser unificadoras de culturas. As sociedades não permanecem mais como realidades estáveis, nas suas estruturas e nas suas funções. Não se pode, nestas circunstâncias, instrumentalizar a escola ao serviço de sistemas, sendo inadequado falar de uma educação para a sociedade.

A sua missão principal é a de aumentar a capacidade das pessoas para serem elas mesmas. Esta é uma escola mais voltada para os alunos do que para a sociedade, uma escola que aposta na formação da capacidade de pensar e agir em nome de uma liberdade pessoal criadora, que se alimenta e se desenvolve no contacto com a produção intelectual da humanidade, no seu passado e no seu presente. Urgente é orientar a educação para a formação do homem, ao mesmo tempo, criador de um social novo e capaz de se adaptar às suas transformações. A escola deixa de ser uma

função da sociedade para se converter numa função da pessoa. Tal é a exigência de um mundo mais sujeito a processos de produção do que de reprodução. O indivíduo não pode ser mais reduzido às funções sociais que é chamado a desempenhar. Mais do que de competências precisas, há que desenvolver a pedagogia da aprendizagem para a mudança. Esta é a escola que assegura a liberdade da pessoa, tornando-a capaz, numa sociedade em transformação, de vencer os mecanismos de dessocialização e de isolamento, na associação das suas capacidades com as possibilidades oferecidas pela sociedade.

2.10. Se a escola deve fomentar o saber técnico-profissional e uma atitude científica, que veiculam em si uma alta capacidade crítica e de adaptação, não pode esquecer que existem outros domínios de conhecimento que são igualmente essenciais. A atitude científica deve ser assumida em perfeita compatibilização com diversos universos de representação que preencham o imaginário de uma humanidade na sua existência colectiva. Somos protagonistas do advento da sociedade do conhecimento, conhecimento nas suas diversas formas.

O consumo cultural, nas suas diferentes expressões, deve ser, por isso, expressamente promovido pela escola. Em tal perspectiva, não será certamente atentado à laicidade o contacto dos alunos com o próprio universo simbólico da religião, sem fanatismo mas também sem rejeição alérgica, nomeadamente num tempo de particular busca de sentido e em que o campo religioso se fragmentou e as pessoas se encontram face a alternativas sem terem critérios seguros para poderem decidir. Desestruturou-se o tradicional campo religioso em Portugal e diversificou-se o mercado dos bens que por ele são oferecidos. Mesmo para um ensino que se reivindique laico, será inaceitável impor o silêncio sobre tais questões, a coberto do espírito de positividade e de objectividade. A religião, para além das outras manifestações de cultura, pode ser um potente gerador de esperança, na aridez tão frequente das sociedades materialistas de hoje, desde que vá ao encontro de uma liberdade pessoal, esse núcleo mais íntimo e irredutível do homem.

2.11. Neste processo plurifacetado, o professor é chamado a desenvolver uma tarefa importante. O seu papel abarca uma dupla dimensão: é-lhe pedido que domine uma área concreta de especialidade; mas como o processo de aprendizagem exige não só conhecimentos, como capacidades, atitudes e valores, é-lhe indispensável ainda a posse de uma multiplicidade de outros saberes. Tais exigências necessitam de andar associadas ao conhecimento das culturas da juventude, sobretudo quando se é confrontado com jovens oriundos de meios sociais muito diversos.

A escola tem que formar profissionais que saibam mover-se no mercado da competitividade mediante o seu conhecimento específico. Para além da integração

destes conhecimentos, há que saber desenvolver capacidades de compreensão da realidade. Assim contribuirá para formar profissionais capazes de se moverem na sociedade como produtores, fomentadores e consumidores de cultura.

2.12. Mas a escola, perante as múltiplas tarefas que é chamada a desempenhar, não pode deixar de afirmar também, e cada vez mais, a sua identidade. Não se pode trabalhar em e com instituições descaracterizadas. Se ela não define o que quer, corre o risco de ir parar aonde não quer. Daí resulta a presente preocupação das Universidades em estabelecer, de forma rigorosa, qual é a sua missão e quais são os seus objectivos. A grande aposta, na actualidade, é na qualidade. Mais do que formar alunos para servir um determinado mercado ou um preciso segmento de actividade, importa aumentar a sua capacidade de desenvolvimento do país. Consegue-o, ensinando a pensar e a trabalhar em comum e a fazer aprender na vida social e laboral.

3. O sistema de ensino depara, nas modernas sociedades, com uma estrutura de desigualdades e com dinâmicas sociais plurais. A escola não será hoje um aparelho ideológico do Estado. Mas poderá perguntar-se se ela está posta ao serviço da produção da igualdade ou da reprodução das desigualdades. Aqui se situa uma das problemáticas centrais da relação entre escola e sociedade.

Será necessário proceder a uma diferenciação escolar numa sociedade fortemente marcada por uma correlativa diferenciação social? Não será antes indispensável obter uma certa supressão de algumas fronteiras institucionais? Mas as fronteiras institucionais do saber não estão associadas às fronteiras temporais da aprendizagem? Não terá a sociedade necessidade de uma multiplicação de vias de ensino e de estabelecer as convenientes ligações entre elas?

Se a escola se tem apoiado na premissa da igualdade abstracta para ajudar a construir uma hierarquia social baseada no mérito, a nova concepção da educação vai no sentido da correcção do *habitus* de classe. À medida que as dificuldades económicas crescem, parece que a escola tende mais a acentuar do que a diminuir as desigualdades sociais. Somente a importância dada à formação da pessoa, à sua maior independência em relação ao meio, poderá contrariar tal tendência. Uma escola que se preocupasse somente com os problemas dominantes numa sociedade seria levada a excluir aqueles que vêm de meios sociais baixos e com menos possibilidades de aceder ao mercado competitivo.

A relação entre o ensino e a sociedade arrasta consigo uma infinidade de questões. Ainda que se aceitasse o suposto de que a escola é uma função da sociedade, que deve estar sempre ao seu serviço, permaneceria constante a necessidade de se saber que tipo de escola para que tipo de sociedade. O assegurar a todos iguais ensejos terá de impedir, antes de mais, os mecanismos de exclusão. As diferenças de capacidade,

os ritmos desencontrados de aprendizagem e os trajectos diferenciados na pluralidade dos modos de sucesso questionam permanentemente a escola quanto aos seus modelos pedagógicos.

Trata-se de uma temática central nas sociedades actuais, consideradas como sociedades da comunicação, da informação e do conhecimento.